

Águas do Mirante S.A.

**Demonstrações financeiras
referentes aos exercícios
findos em 31 de dezembro de
2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Águas do Mirante S.A.
Piracicaba - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Águas do Mirante S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Águas do Mirante S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 7 de fevereiro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Petelin
Contador CRC 1SP142133/O-7

Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Águas do Mirante S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2016	2015	Passivos	Nota	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.131	7.600	Fornecedores e empreiteiros	10	7.685	8.389
Aplicações financeiras	5	15.814	-	Empréstimos e financiamentos	11	326	428
Contas a receber de clientes	6	4.758	4.447	Obrigações trabalhistas e sociais	12	1.573	1.278
Ativo fiscal corrente	7	152	1.819	Obrigações fiscais	13	1.591	1.405
Outros créditos		259	839				
Total do ativo circulante		22.114	14.705	Total do passivo circulante		11.175	11.500
				Empréstimos e financiamentos	11	202.559	166.976
Aplicações financeiras	5	8.991	3.228	Adiantamento de clientes		8.991	3.228
Ativo fiscal não corrente	7	13.004	7.507	Contas correntes a pagar para partes relacionadas	9	-	70.570
Ativo fiscal diferido	20	5.583	4.458	Provisão para contingências	14	97	31
Depósitos judiciais		25	8				
Total do realizável a longo prazo		27.603	15.201	Total do passivo não circulante		211.647	240.805
				Patrimônio líquido			
Intangível	8	261.099	242.265	Capital social	15	98.896	28.326
Total do ativo não circulante		288.702	257.466	Prejuízos acumulados		(10.902)	(8.460)
				Patrimônio líquido		87.994	19.866
Total do ativo		310.816	272.171	Total do passivo		222.822	252.305
				Total do passivo e patrimônio líquido		310.816	272.171

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas do Mirante S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Receita operacional líquida	16	72.349	74.766
Custos dos serviços prestados	17	<u>(47.735)</u>	<u>(54.944)</u>
Lucro bruto		<u>24.614</u>	<u>19.822</u>
Despesas de vendas, administrativas e gerais	18	(10.545)	(12.723)
Outras receitas operacionais		47	-
Outras despesas operacionais		<u>(8)</u>	<u>-</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		<u>14.108</u>	<u>7.099</u>
Receitas financeiras	19	909	540
Despesas financeiras	19	<u>(18.584)</u>	<u>(16.154)</u>
Despesas financeiras líquidas		<u>(17.675)</u>	<u>(15.614)</u>
Prejuízo antes dos impostos		<u>(3.567)</u>	<u>(8.515)</u>
Imposto de renda e contribuição social	20	<u>1.125</u>	<u>2.848</u>
Prejuízo do exercício		<u><u>(2.442)</u></u>	<u><u>(5.667)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas do Mirante S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Prejuízo do exercício	<u>(2.442)</u>	<u>(5.667)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(2.442)</u></u>	<u><u>(5.667)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas do Mirante S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Total do capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01° de janeiro de 2015		<u>33.263</u>	<u>(4.937)</u>	<u>28.326</u>	<u>(2.793)</u>	<u>25.533</u>
Prejuízo do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(5.667)</u>	<u>(5.667)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015		<u>33.263</u>	<u>(4.937)</u>	<u>28.326</u>	<u>(8.460)</u>	<u>19.866</u>
Aumento de capital social	15	65.633	4.937	70.570	-	70.570
Prejuízo do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.442)</u>	<u>(2.442)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016		<u><u>98.896</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>98.896</u></u>	<u><u>(10.902)</u></u>	<u><u>87.994</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas do Mirante S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes dos impostos	(3.567)	(8.515)
Ajustes para:		
Amortização	9.137	7.611
Resultado na baixa de intangível	40	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	17.606	14.779
Amortização custo de captação	349	-
Juros sobre aplicações financeiras	(281)	(357)
Provisão para contingências	73	31
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	2.881
	<u>23.357</u>	<u>16.430</u>
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) / Diminuição dos ativos		
Contas a receber de clientes	(311)	764
Ativo fiscal corrente e não corrente	(3.830)	(3.571)
Depósitos judiciais	(17)	-
Outros créditos	580	(216)
Aumento / (Diminuição) dos passivos		
Fornecedores e empreiteiros	(704)	(7.164)
Obrigações trabalhistas e sociais	295	396
Obrigações fiscais	186	(829)
Pagamentos de contingências	(7)	-
Juros pagos	<u>(1.067)</u>	<u>(23.681)</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais	<u>18.482</u>	<u>(17.871)</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(15.533)	8.030
Aquisição de intangível	<u>(26.609)</u>	<u>(28.181)</u>
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(42.142)</u>	<u>(20.151)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos captadas	17.876	155.199
Empréstimos e financiamentos pagas	(685)	(155.069)
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	-	45.440
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>17.191</u>	<u>45.570</u>
(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>(6.469)</u>	<u>7.548</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	7.600	52
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>1.131</u>	<u>7.600</u>
(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>(6.469)</u>	<u>7.548</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Águas do Mirante S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil com sede localizada na cidade de Piracicaba, São Paulo. A Companhia foi constituída em 01 de março de 2012, com a denominação de Adnos Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda. Em 23 de maio de 2012, com a mudança dos acionistas, a razão social também foi alterada para a atual, iniciando efetivamente suas operações em 11 de junho de 2012, de acordo com o Contrato de Concessão nº 48/2012 firmado com a SEMAE - Serviço Municipal de Água e Esgoto do Município de Piracicaba, São Paulo (doravante denominada “SEMAE”), concessão esta obtida pela Companhia mediante participação no processo licitatório nº 1687/2011 o qual a Companhia foi declarada vencedora por apresentar a melhor proposta técnica e comercial.

O objeto do referido Contrato de Concessão consiste na exploração dos serviços públicos de esgotamento sanitário outorgados em toda a área territorial do município de Piracicaba, São Paulo, sob o regime de concessão, com parceria público privada, na modalidade administrativa, em caráter de exclusividade, pelo prazo de 30 anos, renovável por igual período.

A Companhia tem por objeto a operação e gerenciamento de atividades objeto desta concessão, designada para fins de coleta, tratamento, deposição ou eliminação de esgotos sanitários e/ou resíduos sólidos, bem como sua reciclagem, projeto e construção dos referidos sistemas, fabricação, instalação, supervisão e montagem de equipamentos relacionados com sua atividade fim, compra, venda e produção de materiais relacionados com sua atividade fim, operação de importação e exportação relacionadas com os objetivos sociais, prestação de serviços e assistência técnica nas áreas de atividade da sociedade e participação em outras sociedades dedicadas à sua área de atividade, comerciais ou civis, nacionais e/ou estrangeiras, na qualidade de acionista ou quotista.

A Companhia, através do contrato de PPP (Parceria Pública Privada), nº 48/2012 de 11 de junho de 2012 - Edital de Concorrência nº 01/2011 com o SEMAE - Serviço Municipal de Água e Esgoto de Piracicaba - SP assumiu pelo prazo de 30 anos, a prestação de serviço público de esgotamento sanitário do Município de Piracicaba. O serviço engloba a coleta, transporte, tratamento e disposição de resíduos do processo de tratamento de esgoto. Também faz parte das obrigações, a recuperação, manutenção, ampliação e melhoria do sistema de hidrometria e as atividades de combate às fraudes na micromedição.

O contrato e seus aditivos, prevem valores referenciais para o cumprimento dos marcos contratuais do plano executivo de investimentos até o final da Concessão em R\$ 333.627. Os principais investimentos estão relacionados a conclusões e construções de Estações de Tratamento de Esgoto e Elevatórias de Esgoto, e foram definidas de acordo com o cronograma de marcos contratuais e foram finalizados em 2016.

Como marco do contrato de parceria público privada firmado entre a Companhia e o SEMAE - Serviço Municipal de Água e Esgoto, a Companhia se comprometeu à construção de uma nova estação de tratamento de esgoto denominada ETE - Bela Vista. Esta estação de tratamento foi concluída em 27 de dezembro de 2013. Com o atendimento deste marco e do marco nº 4 do contrato de parceria pública privada, a Companhia atingiu o nível de 100% de esgoto tratado na cidade de Piracicaba.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 07 de fevereiro de 2017.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas

- Nota explicativa nº 6 - Reconhecimento e mensuração de provisões para crédito de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa nº 8 - Definição de vida útil do ativo intangível; e
- Nota explicativa nº 14 - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de saída de recursos; e
- Nota explicativa nº 20 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo por meio do resultado.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Receita operacional

a. *Contratos de concessão de serviços*

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada, consistente com a política contábil para o reconhecimento de receita sobre contrato de concessão que está baseada no IFRIC 12 e na Interpretação Técnica nº 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Concessão e correlacionada ao IAS 11 e no Pronunciamento Técnico nº 17 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Construção.

Receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

b. Serviços de esgotamento sanitário

A receita relacionada ao serviço de esgotamento sanitário é reconhecida por ocasião da medição do consumo de esgoto.

b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mantidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizadas pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - reconhecimento, baixa e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Capital social - Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando houver, são reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definidos em estatuto, são reconhecidos como passivo.

c. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados;

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada;

- Direito de exploração de infraestrutura - veja item "1".

Intangível em andamento, são custos diretamente atribuíveis a construção da infraestrutura que incluem gastos com material, mão de obra direta e juros capitalizados dos empréstimos, financiamentos e debêntures.

d. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso do ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

O valor recuperável de um ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

e. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

f. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

g. Provisão de manutenção - contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Não há intervenções físicas previstas em contrato e/ou pela Administração da Companhia até o encerramento da concessão vigente, portanto, nenhuma provisão foi registrada em 31 de dezembro de 2016 com relação a este assunto.

h. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

i. Benefícios a empregados

(i) Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Benefício pós-emprego - planos de saúde

A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia é copatrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes.

j. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Custos de dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

k. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido tendo com base o prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

(iii) **Exposições fiscais**

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

I. Contratos de Concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, próxima a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou prazo da concessão, dos dois o menor.

m. Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (equivalente ao IAS 23 nas normas internacionais de contabilidade - IFRS).

n. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se ao projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
IFRS 15 - Receitas com Clientes	Refere-se à convergência do IASB (“ <i>International Accounting Standards Board</i> ”), sobre o reconhecimento de receita.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
IFRS 16 - Arrendamentos	Refere-se à contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.
Modificações à IAS 7 / CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Iniciativa de Divulgação.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.

A Administração da Companhia iniciou uma avaliação e entende que a aplicação dos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas demonstrações financeiras nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos a serem reportados. No entanto, o atual estágio dessa avaliação não permite quantificar os efeitos, se houver, até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

o. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo.

4 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são os itens de balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim apresentados:

	2016	2015
Caixa	6	7
Banco conta movimento	1.125	7.593
	1.131	7.600

Os saldos de caixa e depósitos bancários compreendem basicamente numerários em espécie e depósitos disponíveis, respectivamente.

5 Aplicações financeiras

Modalidade	Taxa de juros média a.a. %	Vencimento	2016	2015
CDB - Pós-fixado	99% a 100% do CDI	Indeterminado	8.991	3.228
Fundo de Investimentos Renda Fixa	96,36 a 96,48% do CDI	dezembro/2025	13.267	-
Fundo de Investimento	101,12% a 102,42% do CDI	Indeterminado	2.547	-
			24.805	3.228
Circulante			15.814	-
Não circulante			8.991	3.228

As aplicações financeiras pós-fixadas apresentadas no ativo circulante, embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração já apropriada.

As cotas adquiridas do Safira Fundo de Investimento, gerido pelo Banco *BTG Pactual Asset Management DTVM S.A.*, correspondem a aplicações em um fundo, não exclusivo, de investimentos multimercado de crédito privado, devidamente registrado junto a CVM. As cotas são resgatáveis a qualquer prazo conforme as necessidades de liquidez da Companhia. A carteira do fundo é composta por Certificados de Depósito Bancário (“CDB”), Operações Compromissadas, Letras Financeiras, Títulos do Tesouro e outros fundos conforme previsto em sua política de investimentos.

Em relação as cotas do Fundo de Investimento FIC SIGMA RF REF DI LP, gerido pelo Banco Caixa Economica Federal, correspondem a aplicações em um fundo de investimentos de renda fixa, não exclusiva, devidamente registrado junto a CVM. As cotas são resgatáveis a qualquer prazo conforme as necessidades de liquidez da Companhia. A carteira do fundo é composta por Operações Compromissadas e Títulos do Tesouro.

Essas aplicações financeiras são destinadas a cumprir com o orçamento de capital face à necessidade de investimento na infraestrutura.

Os ativos financeiros apresentados no ativo não circulante, referem-se a garantia relativa aos recebimentos do Contrato de Concessão.

As receitas de juros sobre aplicações financeiras são consideradas na demonstração do fluxo de caixa como atividade operacional. Os resgates das aplicações financeiras e suas captações são consideradas nas demonstrações dos fluxos de caixa das atividades de investimento.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 21 - Instrumentos financeiros.

6 Contas a receber de clientes

	2016	2015
Faturamento de serviço de esgoto	7.639	7.328
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(2.881)	(2.881)
	4.758	4.447

A seguir estão demonstrados os saldos de contas a receber de clientes por idade de vencimento:

	Saldo a Vencer	Saldos vencidos Mais de 180 dias	Total 2016
Classe de consumidor			
SEMAE	4.758	2.881	7.639
	4.758	2.881	7.639
		Saldos vencidos Mais de 180 dias	Total 2015
Classe de consumidor			
SEMAE	4.447	2.881	7.328
	4.447	2.881	7.328

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes.

O valor de provisão para crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$2.881, constituída no exercício de 2015 se refere a volume de esgoto tratado de órgãos públicos na Cidade de Piracicaba-SP. A Companhia tem adotado medidas administrativas e comerciais junto ao SEMAE com intuito de receber esses valores.

7 Ativo fiscal corrente e não corrente

	2016	2015
PIS - Programa de integração social	17	13
COFINS - Contribuição para financiamento da seguridade social	83	64
INSS retido na fonte (a)	13.005	9.151
IRRF - Imposto de renda retido na fonte	51	42
PIS/COFINS/CSLL retido	-	6
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	50
	13.156	9.326
Circulante	152	1.819
Não circulante	13.004	7.507

- (a) O saldo refere-se a retenções de INSS calculado sobre as notas fiscais de serviços prestados pela Companhia. Durante o exercício de 2016 e 2015 a Companhia ingressou com pedidos de restituição e aguarda a aprovação das autoridades fiscais para ressarcimento dos montantes retidos.

8 Intangível

Os valores registrados a título de intangível referem-se à concessão para exploração da infraestrutura e apresenta as seguintes composições:

a. Composição dos saldos

Ativo	Vida útil	Prazo remanescente	Taxa média anual	2016			2015
				Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura							
Instalações técnicas de saneamento	25	de 23 a 25	4,0%	20.775	(1.333)	19.442	14.877
Edificações de estações de tratamento	de 10 a 29	de 09 a 25	3,8%	234.324	(17.179)	217.145	204.216
Máquinas e equipamentos	de 05 a 20	de 2 a 19	7,1%	1.272	(279)	993	1.087
Outros componentes	de 03 a 15	de 01 a 14	10,2%	1.911	(754)	1.157	1.367
				258.282	(19.545)	238.737	221.547
Intangível em andamento							
Intangível em andamento				22.321	-	22.321	20.678
				22.321	-	22.321	20.678
Software							
Licença de uso de software	de 03 a 05	de 01 a 03	30,7%	179	(138)	41	40
				179	(138)	41	40
				280.782	(19.683)	261.099	242.265

b. Movimentação do custo

Ativo	2015	2016			Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	
Direito de exploração da infraestrutura					
Instalações técnicas de saneamento	15.488	-	-	5.287	20.775
Edificações de estações de tratamento	213.316	6.935	(40)	14.113	234.324
Máquinas e equipamentos	1.270	2	-	-	1.272
Outros componentes	1.908	50	(2)	(45)	1.911
	231.982	6.987	(42)	19.355	258.282
Intangível em andamento					
Intangível em andamento	20.678	20.998	-	(19.355)	22.321
	20.678	20.998	-	(19.355)	22.321
Software					
Licença de uso de software	153	26	-	-	179
	153	26	-	-	179
	252.813	28.011	(42)	-	280.782

Ativo	Custo	Adições	Transferências	Custo
Direito de exploração da infraestrutura				
Instalações técnicas de saneamento	10.702	-	4.786	15.488
Edificações de estações de tratamento	171.847	2.542	38.927	213.316
Máquinas e equipamentos	836	212	222	1.270
Outros componentes	1.552	204	152	1.908
	184.937	2.958	44.087	231.982
Intangível em andamento				
Intangível em andamento	34.544	30.221	(44.087)	20.678
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	-
	34.544	30.221	(44.087)	20.678
Software				
Licença de uso de software	148	5	-	153
	148	5	-	153
	219.629	33.184	-	252.813

c. Movimentação da amortização

Ativo	2015	2016		
	Amortização acumulada	Adições	Baixas	Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura				
Instalações técnicas de saneamento	(611)	(722)	-	(1.333)
Edificações de estações de tratamento	(9.100)	(8.080)	1	(17.179)
Máquinas e equipamentos	(183)	(96)	-	(279)
Outros componentes	(541)	(214)	1	(754)
	(10.435)	(9.112)	2	(19.545)
Software				
Licença de uso de software	(113)	(25)	-	(138)
	(10.548)	(9.137)	2	(19.683)

Ativo	2014	2015	
	Amortização acumulada	Adições	Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura			
Instalações técnicas de saneamento	(113)	(498)	(611)
Edificações de estações de tratamento	(2.343)	(6.757)	(9.100)
Máquinas e equipamentos	(126)	(57)	(183)
Outros componentes	(285)	(256)	(541)
	(2.867)	(7.568)	(10.435)
Software			
Licença de uso de software	(70)	(43)	(113)
	(70)	(43)	(113)
	(2.937)	(7.611)	(10.548)

O ativo intangível, registrado nas rubricas direito de exploração da infraestrutura, refere-se exclusivamente aos gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear e seu início ocorre na data de aquisição, do bem ou na data de término das obras, indo até o término do prazo de concessão ou da vida útil, dos dois o menor.

Os juros capitalizados sobre empréstimos na rubrica de intangível em andamento totalizaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o montante de R\$ 1.402 e uma taxa média de 10,80% a.a. (R\$ 5.003 e 12,57% a.a. em 31 de dezembro de 2015) e estão sendo considerados dentro das adições do “Intangível em andamento”.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de testar os bens com vida útil definida, bem como efetuar provisão de perda de valor recuperável de bens com vida útil indefinida em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

9 Transações com partes relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 2016 a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Direção e o Conselho de Administração, totalizou R\$ 572 (R\$ 531 em 2015). Este montante foi registrado no grupo de despesas administrativas e inclui salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.

A Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Controladora

A controladora final da Companhia é a Greq Participações e Administração Ltda. e a controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A. que detêm a totalidade das ações que representam o seu capital social.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações de prestação de serviço com empresas ligadas do mesmo grupo econômico e estão abaixo demonstradas:

	2016	2015
Ativo não circulante		
Aquisições de ativo intangível no exercício (a)		
Aegea Engenharia e Comércio Ltda.	2.367	-
Águas de Matão S.A.	-	186
Equipav Engenharia Ltda.	-	1.014
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.	16	19
Minerpav Mineradora Ltda.	26	14
	<u>2.409</u>	<u>1.233</u>
	<u>2.409</u>	<u>1.233</u>
Passivo circulante (a) e (b)		
Fornecedores (nota explicativa nº 10)		
Aegea Engenharia e Comércio Ltda.	1.401	302
Aegea Saneamento e Participações S.A.	348	62
Águas de Matão S.A.	118	-
Águas de Holambra Saneamento SPE Ltda.	16	-
Equipav Tecnologia e Engenharia Ltda.	-	64
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.	84	-
Minerpav Mineradora Ltda.	19	-
	<u>1.986</u>	<u>428</u>
Passivo não circulante		
Contas corrente a pagar (c)		
Aegea Saneamento e Participações S.A.	-	70.570
	<u>1.986</u>	<u>70.998</u>

	2016	2015
Resultado do exercício		
Custos e despesas dos serviços prestados (a)		
Aegea Engenharia e Comércio Ltda	1.400	-
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.	587	275
Minerpav Mineradora Ltda.	1	-
	1.988	275
Despesas de vendas administrativas e gerais (a) e (b)		
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.	187	298
Aegea Saneamento e Participações S.A	3.798	3.700
	3.985	3.998
	5.973	4.273

- (a) Refere-se a contratação de serviços associada a obras de ampliação de rede de tratamento de esgoto prestado pela Aegea Engenharia e Comércio Ltda. E Equipav Engenharia Ltda., serviços de locação de veículos prestado pela LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. e repasse de gastos administrativos e operacionais.
- (b) Refere-se a serviços administrativos prestados pelo centro de serviços administrativos ("CAA" - Centro Administrativo AEGEA) situado na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, no Estado de São Paulo. Os serviços em questão se resumem a: contabilidade, fiscal/auditoria fiscal, financeiro, recursos humanos, administração de pessoal, centro de segurança da receita e tecnologia da informação.
- (c) Os valores referentes a essas transações estão mantidos no passivo não circulante, referem-se a movimentações financeiras para suprimento de caixa, sem remuneração específica e sem prazo de vencimento.

10 Fornecedores e empreiteiros

	2016	2015
Prestação de serviços e empreiteiros a pagar	5.699	7.961
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 9)	1.986	428
	7.685	8.389

11 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos	Vencimento	Valor Contratado	Valor Captado	2016	2015
Projeto CEF	TR + 8,5% a.a.	fevereiro/39	195.735	179.474	198.446	162.176
Finame	Pré-fixado 6% a.a.	outubro/24	174	174	146	164
Finisa	Pré-fixado 3,5% a.a.	novembro/23	4.912	4.912	4.282	4.918
Outros	Leasing	janeiro/17	433	433	11	146
					202.885	167.404
Circulante					326	428
Não circulante					202.559	166.976

Cronograma de amortização da dívida

A seguir, estão as maturidades contratuais dos empréstimos e financiamentos não circulantes:

	2016	2015
2017	-	590
2018	599	599
2019	5.178	5.731
2020	6.419	5.507
2021	6.798	5.810
2022 em diante	190.838	156.245
	209.832	174.482

Custo de captação (longo prazo)	(7.273)	(7.506)
Total	202.559	166.976

Durante o exercício de 2016, a Companhia incorreu em custos de captação no montante de R\$ 130 (R\$ 8.023 em 2015). O saldo do custo de captação em 31 de dezembro de 2016 totaliza o montante de R\$ 7.631 (R\$ 7.850 em 31 de dezembro de 2015), os quais foram reconhecidos conforme definições do IAS 32 e do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Em 24 de fevereiro de 2015 a Companhia celebrou contrato de financiamento de longo prazo (prazo total de 240 meses) junto à Caixa Econômica Federal e repasse via Banco BTG Pactual S.A., no montante total de R\$ 195.735 para fazer frente ao seu programa de investimentos. Do valor total, R\$ 179.474 já foram desembolsados. Tal financiamento é destinado ao programa de investimentos necessários para o cumprimento das obrigações decorrentes de contrato de concessão.

A Companhia concedeu garantias relacionadas a tal operação, dentre elas as mais importantes são:

- Alienação fiduciária das ações da Aegea Saneamento e Participações;
- Vinculação da receita e cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão;
- Notas Promissórias no valor do contrato; e
- Garantia Fidejussória assumida pela interveniente anuente Aegea Saneamento e Participações S.A.

A Companhia mantém em seus empréstimos, garantias, restrições e covenants qualitativos e quantitativos usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas quantitativas e qualitativas referentes aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão sendo integralmente cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2016.

12 Obrigações trabalhistas e sociais

	2016	2015
Salários e ordenados	47	12
Participação nos lucros	701	551
Empréstimo consignado	24	21
Provisão de férias	621	411
Encargos sociais	180	283
	1.573	1.278

13 Obrigações fiscais

	2016	2015
PIS/COFINS a recolher	1.171	972
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	7	3
ISS - Imposto sobre serviços	-	70
PIS/COFINS/CSLL retidos	247	310
IRRF/INSS/ISS sobre serviços de terceiros a recolher	166	50
	1.591	1.405

14 Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis, trabalhistas e tributários e atualmente está se defendendo judicialmente de todos os autos de infração, processos administrativos, notificações e reclamações trabalhistas em que está envolvida.

A Administração, com base nas avaliações de seus assessores jurídicos internos e externos da Companhia, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	2016		2015
Contingências cíveis	3		1
Contingências trabalhistas	94		30
	97		31

Natureza	2015	Adições	Baixas	Pagamentos	2016
Cível	1	10	(1)	(7)	3
Trabalhista	30	74	(10)	-	94
	31	84	(11)	(7)	97

Natureza		2014	Adições	2015
Cível		-	1	1
Trabalhista		-	30	30
		-	31	31

Os processos cíveis correspondem principalmente as causas envolvendo pleitos de clientes com pedidos de refaturamento de contas, danos morais e danos materiais, oriundos da relação de prestação de serviços pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui contingências de natureza cível que totalizam R\$ 645 (R\$ 203 em 2015), que foram avaliadas como sendo de risco de perda possível pelos advogados e pela Administração, portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esse processo tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização.

A Companhia é parte envolvida também em processos relacionados a reclamações trabalhistas associadas à cobrança de horas extras, descanso semanal remunerado e adicional noturno, não existindo processo de valor individual significativo. Em 31 de dezembro de 2016, existem também processos de mesma natureza que totalizam R\$ 568 (R\$ 110 em 2015) e que foram avaliados como sendo de risco de perda possível pelos advogados e pela Administração, portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esse processo tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 29 de janeiro de 2016, a acionista Aegea Saneamento e Participações S.A. integralizou capital mediante compensação de crédito existente em contas correntes no valor de R\$ 4.937. Na mesma data, mediante compensação de crédito existente em contas correntes, a acionista aumentou capital da Companhia, no valor de R\$ 65.633, mediante a emissão de 65.633.608 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, totalizando o capital social de R\$ 98.896.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os acionistas e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados:

	2016	2015
Aegea Saneamento e Participações S.A.	99,99%	99,99%
Outros	0,01%	0,01%
	100,00%	100,00%

16 Receita operacional líquida

	2016	2015
Receita de prestação de serviços		
Serviços de esgoto	56.586	49.307
Receitas de construção	20.998	30.221
	77.584	79.528
Deduções da receita bruta		
(-) Impostos sobre serviços	(5.235)	(4.762)
Total da receita operacional líquida	72.349	74.766

17 Custos dos serviços prestados

	2016	2015
Pessoal	(5.188)	(4.832)
Conservação e manutenção	(811)	(467)
Serviços de terceiros	(3.213)	(2.501)
Materiais, equipamentos e veículos	(843)	(849)
Amortização	(9.137)	(7.611)
Créditos de PIS e COFINS sobre amortização	811	687
Custo de construção	(20.998)	(30.221)
Energia elétrica	(6.220)	(7.686)
Produtos químicos	(589)	(601)
Locação	(907)	(512)
Outros custos	(640)	(351)
	(47.735)	(54.944)

18 Despesas administrativas e gerais

	2016	2015
Pessoal	(3.291)	(2.839)
Conservação e manutenção	(93)	(31)
Serviços de terceiros	(4.950)	(4.727)
Materiais, equipamentos e veículos	(413)	(424)
Energia elétrica	(18)	(22)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(2.881)
Seguros	(255)	(177)
Viagens e estadias	(34)	(173)
Provisão para contingências	(73)	(31)
Impostos, taxas e contribuições	(78)	(31)
Locação	(405)	(561)
Publicidade e propaganda	(655)	(566)
Outras despesas	(280)	(260)
	(10.545)	(12.723)

19 Despesas financeiras líquidas

	2016	2015
Rendimentos de aplicações financeiras	281	357
Juros e multa recebidos ou auferidos	420	156
Descontos obtidos	8	5
Outros	200	22
Receitas financeiras	909	540
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(17.606)	(14.779)
Juros sobre atraso em pagamentos	(499)	(156)
Despesas com IOF	(42)	-
Despesas e comissões bancárias	(45)	(816)
Impostos s/ receitas financeiras (PIS/COFINS)	(42)	(17)
Outros	(350)	(386)
Despesas financeiras	(18.584)	(16.154)
Despesas financeiras líquidas	(17.675)	(15.614)

20 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, são calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com seus valores correspondentes na demonstração do resultado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Companhia apresentou base de cálculo negativa para apuração do IRPJ e da CSLL.

	2016	2015
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(3.567)	(8.515)
Alíquota efetiva combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	1.213	2.895
Despesas indedutíveis	(88)	(64)
Outras diferenças permanentes		17
Imposto de renda e contribuição social:		
Diferido	1.125	2.848
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	1.125	2.848
Alíquota efetiva	32%	33%

b. Composição dos impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis aos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2016	2015
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	980	980
Provisão para participação nos lucros	316	187
Provisão para contingências	33	11
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	11.768	8.557
Ativo fiscal diferido	13.097	9.735
Capitalização de juros	(4.478)	(4.141)
Custo de transação de empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.595)	(970)
Diferimento sobre o lucro com órgãos públicos	(441)	(166)
Passivo fiscal diferido	(7.514)	(5.277)
Ativo fiscal diferido líquido	5.583	4.458

21 Instrumentos financeiros

Visão geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes do cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, era de R\$ 2.881, representando aproximadamente 38% do saldo de contas a receber em aberto naquela data.

Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito com segue:

	2016	2015
Caixa e equivalente de caixa	1.131	7.600
Aplicações financeiras	24.805	3.228
Contas a receber de clientes	4.758	4.447
	<u>30.694</u>	<u>15.275</u>

Garantias

Não há garantias financeiras fornecidas pela Companhia, além daquelas citadas na nota explicativa nº 11.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Fluxo financeiro - 2016							
	Valor	Fluxo de	Até 12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 meses
	Contábil	caixa	meses	meses	meses	meses	em diante
	Contratual	contratual	meses	meses	meses	meses	meses
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	7.685	7.685	7.685	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	202.885	506.766	1.815	1.904	24.252	29.289	449.507
	<u>210.570</u>	<u>514.451</u>	<u>9.500</u>	<u>1.904</u>	<u>24.252</u>	<u>29.289</u>	<u>449.507</u>
Fluxo financeiro - 2015							
	Valor	Fluxo de	Até 12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 meses
	Contábil	caixa	meses	meses	meses	meses	em diante
	Contratual	contratual	meses	meses	meses	meses	meses
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	8.389	8.389	8.389	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	167.404	456.491	1.627	1.698	1.777	85.212	366.177
Conta corrente a pagar para partes relacionadas	70.570	70.570	-	-	-	-	70.570
	<u>246.363</u>	<u>535.450</u>	<u>10.016</u>	<u>1.698</u>	<u>1.777</u>	<u>85.212</u>	<u>436.747</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações e em empréstimos, financiamentos e debêntures.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Valor contábil	
	2016	2015
Instrumentos de taxa variável		
<i>Ativos financeiros</i>		
Aplicações financeiras	24.805	3.228
Instrumentos de taxa variável		
<i>Passivos financeiros</i>		
Empréstimos e financiamentos	202.885	167.404

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 2016	Cenários				
				I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	24.805	Variação do CDI	14,00%	3.473	4.341	5.210	2.605	1.737
2- Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	(198.446)	Variação da TR	2,01%	(3.989)	(4.986)	(5.984)	(2.992)	(1.995)
1 + 2				<u>(516)</u>	<u>(645)</u>	<u>(774)</u>	<u>(387)</u>	<u>(258)</u>

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

Gerenciamento do capital

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a depósitos bancários, fundos de renda fixa e fundos de investimentos.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	NE	Valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2016
Ativos						
Caixa e equivalente de caixa	4	-	-	1.131	-	1.131
Aplicações financeiras	5	15.814	8.991	-	-	24.805
Contas a receber de clientes	6	-	-	4.758	-	4.758
		<u>15.814</u>	<u>8.991</u>	<u>5.889</u>	<u>-</u>	<u>30.694</u>
Passivos						
Fornecedores e empreiteiros	10	-	-	-	7.685	7.685
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	-	202.885	202.885
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>210.570</u>	<u>210.570</u>

	NE	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2015
Ativos					
Caixa e equivalente de caixa	4	-	7.600	-	7.600
Aplicações financeiras	5	3.228	-	-	3.228
Contas a receber de clientes	6	-	4.447	-	4.447
		<u>3.228</u>	<u>12.047</u>	<u>-</u>	<u>15.275</u>
Passivos					
Fornecedores e empreiteiros	10	-	-	8.389	8.389
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	167.404	167.404
Conta corrente a pagar para partes relacionadas	9	-	-	70.570	70.570
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>246.363</u>	<u>246.363</u>

a. Valor justo

Instrumentos financeiros “não derivativos”

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras, contas a receber, outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

O comparativo entre o valor contábil e valor justo de empréstimos e financiamentos é demonstrado abaixo:

	2016		2015	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos				
Projeto CEF	205.981	211.544	162.176	170.026
Finame	146	146	164	164
Finisa	4.378	4.378	4.918	4.919
Outros	11	11	146	146
	<u>210.516</u>	<u>216.079</u>	<u>167.404</u>	<u>175.255</u>

Os valores justos de empréstimos e financiamentos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg) acrescidas dos *spreads* contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Apuração do valor justo

Nível 2 - As aplicações financeiras foram registradas com base no valor de resgate naquela data, representando o melhor valor justo.

A divulgação do valor justo dos empréstimos é classificada no nível 2 de hierarquia de valor justo.

* * *

Contador

Percival Gratti Junior
Contador - CRC 1SP-239268/O-9